

PARTE I

Abordagem Teórico-Filosófica da Defensoria Pública

CAPÍTULO I

AFINAL, A DEFENSORIA PÚBLICA DEVE EXISTIR?..... 35

1.1 Modelos de assistência jurídica e o sistema adotado pelo Brasil..... 42

CAPÍTULO II

DEFENSORIA PÚBLICA, UM DIREITO FUNDAMENTAL 47

2.1 Breves considerações sobre os direitos fundamentais..... 47

2.2 Defensoria Pública como direito, garantia e dever fundamental 49

CAPÍTULO III

HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA 53

3.1 O novo perfil constitucional da Defensoria Pública após as Emendas Constitucionais 45/2004, 74/2013 e 80/2015 e sua natureza jurídica..... 65

3.2 Resoluções da Organização dos Estados Americanos (OEA) e disposições do Mercosul 74

3.3 Previsão normativa e competência para legislar sobre Defensoria Pública..... 76

3.3.1 O julgamento da ADPF 279 pelo Supremo Tribunal Federal: o caso da assistência jurídica municipal 78

3.4 De quem é a iniciativa de leis que versem sobre Defensoria Pública?..... 80

PARTE II

Processo Civil Aplicado à Defensoria Pública

CAPÍTULO IV

A DEFENSORIA PÚBLICA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 89

4.1 Comentário ao parágrafo 3º do artigo 3º do CPC (solução consensual dos conflitos)..... 91

4.2	Comentário ao artigo 18 do CPC (representação e substituição processual).	93
4.3	Comentário ao artigo 185 do CPC (funções institucionais da Defensoria Pública).....	94
4.4	Comentário ao artigo 186 do CPC (assistido, usuário, cliente, parte patrocinada? Qual a terminologia adequada?)	96
4.5	Comentário ao artigo 186, <i>caput</i> do CPC (contagem dos prazos em dobro).....	96
4.6	Comentário ao artigo 186, §1º, do CPC (intimação pessoal do defensor público)	101
4.7	Comentário aos artigos 523 e 513, §2º do CPC (intimação para o cumprimento da sentença e contagem em dobro do prazo. Intimação do devedor representado pela Defensoria Pública para cumprir a sentença)	102
4.8	Comentário aos artigos 183, §1º, 270, 246 e 1.050 do CPC (intimação pessoal com vista dos autos. Entrega dos autos em setor administrativo da Defensoria Pública. Processo eletrônico)	103
4.9	Comentário ao artigo 231 do CPC (início e contagem dos prazos para a Defensoria Pública)	106
4.10	Comentário aos artigos 230 e 1.003 do CPC (intimação do defensor público em audiência e a necessidade de entrega dos autos com vista)	109
4.11	Comentário aos artigos 152, 187, 234 e 272 do CPC (vista dos autos fora da secretaria. Responsabilização do defensor público. Aplicação de multa. Possível inconstitucionalidade)	112
4.12	Comentário aos artigos 139, 222 e 223 do CPC (poderes-deveres do juiz e vulnerabilidade da parte. Alteração de prazos. Ordem da produção de provas. Saneamento de vícios. Medidas executivas atípicas).....	115
4.13	Comentário aos artigos 139, X, e 333 (vetado) do CPC (demandas individuais repetitivas e a notificação da Defensoria Pública. Conversão da ação individual em coletiva)	118
4.14	Comentário ao artigo 217 do CPC (prática de ato processual fora da sede do juízo).....	119
4.15	Comentário ao artigo 554, §1º, do CPC (intervenção da Defensoria Pública em ações coletivas passivas)	119
4.16	Comentário ao artigo 565, §2º, do CPC (intimação da Defensoria Pública para comparecer à audiência em ação possessória. Diferença entre gratuidade da justiça e assistência jurídica gratuita).....	120
4.17	Comentário ao artigo 98 do CPC (diferença entre gratuidade da justiça e assistência jurídica gratuita)	123
4.18	Comentário aos artigos 292 e 293 do CPC (impugnação ao valor da causa).....	125
4.19	Comentário ao artigo 287, II, do CPC (dispensa de mandato e apresentação de procuração)	125

4.20	Comentário aos artigos 72 (curatela especial) e 341 do CPC (ônus da impugnação especificada dos fatos)	126
4.21	Comentário ao artigo 72 do CPC (embargos à execução, atuação no polo ativo, recursos e curatela especial)	128
4.22	Comentário ao artigo 72 do CPC (gratuidade da justiça, preparo recursal e curador especial)	129
4.23	Comentário ao artigo 455, §4º, do CPC (intimação de testemunha arrolada pela Defensoria Pública)	131
4.24	Comentário aos artigos 334, §3º, 250, IV, e 513, §2º, II, do CPC (intimação da parte assistida pela Defensoria Pública para a audiência de conciliação ou de mediação. Necessidade de menção ao defensor público no mandado de intimação para a audiência de conciliação ou de mediação).	132
4.25	Comentário ao artigo 362, II, do CPC (princípio do Defensor Natural e adiamento de audiência)	133
4.26	Comentário ao artigo 190 do CPC (negócios processuais e vulnerabilidade da parte. Ingresso da Defensoria Pública no processo após a convenção das partes).....	135
4.27	Comentário ao artigo 372 do CPC (prova emprestada. Condenação com base, exclusivamente, em provas colhidas durante a fase pré-processual, a exemplo do inquérito civil)	136
4.28	Comentário ao artigo 927 (atuação do defensor público diante do sistema de precedentes vinculantes).....	139
4.29	Comentário ao artigo 928 (julgamento de casos repetitivos – incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos especial e extraordinário repetitivos)	143
4.30	Comentário aos artigos 313, inciso IV, 314, 977, 982 e 1.036 (suspensão do processo em demandas repetitivas e situações de urgência. Microsistema de julgamento de casos repetitivos)	148
4.31	Comentário ao artigo 85 do CPC (honorários advocatícios ou sucumbenciais e Defensoria Pública)	151
4.32	Comentário ao artigo 85, parágrafo 19, do CPC (honorários sucumbenciais em favor dos advogados públicos)	154
4.33	Comentário ao artigo 85, parágrafo 3º, do CPC (condenação da Fazenda Pública. Honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública. Superação do enunciado 421 da súmula da jurisprudência do STJ).....	155
4.34	Comentário ao artigo 85 do CPC (funções típicas e atípicas da Defensoria Pública. Honorários e condenação sucumbencial pelo exercício de funções tradicionalmente atípicas, como a curadoria especial)	159

4.35	Comentário ao artigo 85 do CPC (execução dos honorários devidos à Defensoria Pública).....	164
4.36	Comentário ao artigo 85 do CPC (honorários e beneficiário da gratuidade da justiça).....	167
4.37	Comentário ao artigo 85 do CPC (majoração de condenação sucumbencial em sede recursal).....	168
4.38	Comentário ao artigo 506 do CPC (coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> no processo individual).....	169
4.39	Comentário ao artigo 942 do CPC (técnica de ampliação do colegiado).	171
4.40	Artigos 78, 91, 93, 95, 144, 156, 220, 233, 235, 360, 425, 454, 784, 720, 876, 947, 968 do CPC (outros dispositivos do CPC que tratam da Defensoria Pública. Instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública. Juntada de cópia de documentos. Emprego de expressões ofensivas. Despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Defensoria Pública ou por beneficiário de gratuidade da justiça. Recesso judiciário. Representação contra o juiz ou o serventuário que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei. Dever de ser tratado com urbanidade. Impedimento do juiz. Assunção de competência. Inquirição do Defensor Público-Geral. Dispensa de caução na ação rescisória).....	171

PARTE III

Processo Coletivo e a Defensoria Pública

CAPÍTULO V

DA NECESSÁRIA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL..... 177

5.1	A Defensoria Pública pode expedir recomendações, firmar termo de ajustamento de conduta – TAC e instaurar inquérito civil?.....	182
5.1.1	Da polêmica em torno do inquérito civil: procedimento administrativo para a investigação de situações coletivas ou procedimento administrativo de tutela coletiva como possível solução.....	185
5.2	A Defensoria Pública e a educação em direitos.....	187
5.3	Acordo de não persecução cível.....	190

CAPÍTULO VI

A DEFENSORIA PÚBLICA E A DEFESA DO VULNERÁVEL – QUEM É O NECESSITADO? 195

6.1	Quem é o vulnerável?.....	201
6.1.1	Modelo de fatores determinantes de vulnerabilidade.....	206

6.2	Quem deve dizer a necessidade?	209
6.3	<i>Custos vulnerabilis</i> e <i>amicus communitas</i>	212
6.4	Atuação da Defensoria Pública como terceiro interveniente – intervenção <i>custos vulnerabilis</i>	215
6.4.1	A intervenção <i>custos vulnerabilis</i> se diferencia de um <i>amicus curiae</i> ?	226
6.4.2	A intervenção <i>custos vulnerabilis</i> na formação de precedentes.....	229
6.5	Atuação coletiva em defesa dos movimentos sociais (desorganizados)...	231
6.6	Ação possessória coletiva passiva – a previsão contida no artigo 554, §1º, do CPC.....	234

CAPÍTULO VII

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DEFENSORIA PÚBLICA – TEORIA GERAL DA LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL 237

7.1	Legitimidade e a natureza dos direitos: difusos, coletivos e individuais homogêneos	240
7.2	A Defensoria Pública somente detém legitimidade quando o resultado da demanda atingir pessoas necessitadas? Como fica a execução da sentença para necessitados e não necessitados?.....	243
7.3	Defensoria Pública e outras espécies de ação coletiva.....	249

CAPÍTULO VIII

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO E DEFENSORIA PÚBLICA 251

8.1	Mandado de Segurança Coletivo para a tutela de direitos difusos.....	257
-----	--	-----

CAPÍTULO IX

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA, DE LIMINAR OU DE TUTELA ANTECIPADA E DEFENSORIA PÚBLICA..... 261

CAPÍTULO X

AÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DEFENSORIA PÚBLICA..... 273

10.1	A natureza cível, pública e coletiva da ação de improbidade.....	277
10.2	Direito administrativo sancionador e ação de improbidade.....	279
10.3	Os papéis da Defensoria Pública na ação de improbidade.....	281
10.4	A legitimidade ativa da Defensoria Pública na ação de improbidade.....	282

CAPÍTULO XI

AÇÃO POPULAR E DEFENSORIA PÚBLICA 289

CAPÍTULO XII	
MANDADO DE INJUNÇÃO E DEFENSORIA PÚBLICA	299
CAPÍTULO XIII	
HABEAS CORPUS COLETIVO E DEFENSORIA PÚBLICA	307
CAPÍTULO XIV	
FUTURA EMENDA CONSTITUCIONAL PODERÁ SUPRIMIR A LEGITIMIDADE COLETIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA?	313
CAPÍTULO XV	
QUESTÕES RELEVANTES DO PROCESSO COLETIVO.....	315
15.1 Breve análise histórica das ações coletivas	316
15.1.1 Modelos de tutela coletiva	319
15.1.2 Microssistema do processo coletivo	323
15.2 Há um procedimento comum para as causas coletivas?	325
15.2.1 Processo coletivo comum e processo coletivo especial	325
15.2.2 Processo coletivo comum e julgamento de casos repetitivos – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Recursos Especial e Extraordinário Repetitivos.....	327
15.2.3 Não taxatividade e atipicidade da tutela coletiva.....	329
15.3 Ação coletiva ou ação civil pública? Distinções terminológicas	330
15.3.1 Ação coletiva ordinária ou ação coletiva de rito ordinário.....	331
15.3.2 Processos ou ações pseudocoletivas e pseudoindividuais.....	333
15.3.3 Direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos, essencialmente coletivos e acidentalmente coletivos e sua relação com as demandas coletivas.....	334
15.4 Aspectos gerais da legitimidade no processo coletivo.....	335
15.4.1 Controle de representação adequada	336
15.4.2 Outros legitimados em espécie	340
15.4.2.1 Cidadãos	341
15.4.2.2 Associações, Sindicatos, OAB.....	342
15.4.2.3 Ministério Público.....	349
15.4.2.3.1 É viável uma ação coletiva para a defesa de um direito individual? A questão dos direitos individuais indisponíveis	353
15.4.2.4 Entes federados e pessoas jurídicas da administração pública.....	356

15.4.2.4.1	Legitimação bifronte da pessoa jurídica (deslocamento do réu para o polo ativo nas ações coletivas)	357
15.4.2.5	Comunidades Tradicionais.....	360
15.4.2.6	Legitimação no mandado de segurança coletivo, no mandado de injunção coletivo, na improbidade administrativa e no <i>habeas corpus</i> coletivo	360
15.5	Competência	368
15.5.1	Competência da Justiça Federal em razão da presença da Defensoria Pública da União nos autos	381
15.5.2	Competência para a execução de título coletivo judicial e extrajudicial	386
15.5.3	Competência para a execução individual de sentença coletiva realizada no foro onde foi proferida a sentença: prevenção, tumulto processual e atos concertados	389
15.6	Pedido (vedações legais e o dano moral coletivo)	390
15.6.1	Ações coletivas e declaração de inconstitucionalidade.....	394
15.7	Requisição de informações e documentos necessários à instrução da demanda.....	395
15.8	Rejeição preliminar da Ação de Improbidade e ausência de notificação do réu para apresentar defesa prévia: supressão pela Lei 14.230/2021.....	399
15.9	Custas e gratuidade no processo coletivo	400
15.10	Condenação em verbas de sucumbência no processo coletivo.....	407
15.11	Liminar, tutela provisória (antecipada e cautelar), tutela da evidência e tutela requerida em caráter antecedente no processo coletivo.....	414
15.12	Possibilidade de deslocamento do réu para o polo ativo nas ações coletivas.....	422
15.13	Possibilidade de litisconsórcio ativo facultativo entre ramos da Defensoria Pública.....	426
15.14	Ausência de legitimidade coletiva – extinção da ação ou substituição do legitimado?	428
15.15	Relação entre ação individual e ação coletiva	430
15.15.1	Litispendência entre ação individual e coletiva – suspensão ou desistência da ação individual, ciência inequívoca da parte interessada e efeitos na tutela provisória	430
15.15.2	Intervenção do indivíduo na ação coletiva.....	431
15.15.3	Suspensão das ações individuais por força da propositura de ação coletiva.....	433

15.15.4	Pulverização da demanda coletiva em ações individuais	434
15.16	Conexão, continência e litispendência entre ações coletivas.....	435
15.17	Abandono ou desistência da ação	440
15.18	Coisa Julgada no processo coletivo	442
15.18.1	Coisa julgada no processo coletivo <i>secundum eventum probationis</i> e <i>secundum eventum litis</i>	442
15.18.2	Coisa Julgada no processo coletivo <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i>	448
15.19	Limitação territorial da coisa julgada coletiva: eficácia subjetiva da coisa julgada coletiva e os efeitos regionais ou nacionais. Relação nominal dos associados (representação e substituição processual). Art. 16 da Lei 7.347/85 e 2º-A da Lei 9.494/97	449
15.20	Liquidação e execução (<i>Fluid recovery</i> . Fundo de Defesa dos Direitos Difusos).....	460
15.20.1	Liquidação da sentença coletiva (liquidação imprópria)	464
15.20.2	Execução da sentença coletiva: execução individual da sentença coletiva e cumprimento coletivo da sentença coletiva	465
15.20.3	Prazo prescricional na execução de sentença coletiva e a necessidade de ampla divulgação da sentença (artigo 94 do CDC).....	475
15.21	Acordo e audiência preliminar de mediação ou de conciliação nas ações coletivas	477
15.22	Prescrição e decadência no processo coletivo	479
15.22.1	Danos ambientais e ressarcimento ao erário (imprescritibilidade)	451
15.22.2	Prescrição e decadência na ação popular e na ação civil pública.....	482
15.22.3	Prazo para a propositura do mandado de segurança coletivo.....	484
15.22.4	Prazo prescricional na improbidade administrativa	485
15.22.5	Início da fluência do prazo prescricional, interrupção da prescrição da ação individual em razão da propositura de ação coletiva e outras causas impeditivas, suspensivas ou interruptivas da prescrição.....	487
15.23	Processo coletivo passivo e ação coletiva às avessas.....	489
15.24	É cabível a reconvenção nas ações coletivas?	493

15.25	Meios de impugnação das decisões coletivas (recursos e sucedâneos recursais).....	494
15.25.1	Legitimidade recursal coletiva	497
15.25.2	Efeito suspensivo aos recursos coletivos	498
15.25.3	Desistência e renúncia do recurso.....	500
15.25.4	Reexame necessário nas ações coletivas	501
15.26	Ação rescisória no processo coletivo.....	503
15.27	Processos estruturais	505
ANEXO		
BANCO DE MODELOS.....		515
1	Modelo de Recomendação	515
2	Modelo de Ação Civil Pública.....	516
3	Modelo de Mandado de Segurança Coletivo	520
4	Modelo de Pedido de Suspensão de Segurança	525
5	Modelo de Ação por Ato de Improbidade ajuizada pela Defensoria Pública.....	529
6	Modelo de Mandado de Injunção Coletivo	534
7	Modelo de <i>Habeas Corpus</i> Coletivo	536
8	Modelo de intervenção <i>custos vulnerabilis</i>	540
9	Modelo de execução individual da sentença coletiva	544
REFERÊNCIAS		547